

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

CNPJ. : 00.081.906/0001-88

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS"****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**SÃO PAULO**

Av. Yojiro Takaoka, 4384
8º Andar Conj. 803/804
Alphaville - Cep: 06541-038
Consultoria: (11) 3661-1137
Fone: (11) 3661-9933
saopaulo@portalaudisa.com.br

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
Conj.: 1316
Menino Deus - Cep: 90150-005
Fone/Fax: (51) 3062-8902
portoalegre@portalaudisa.com.br

RECIFE

recife@portalaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@portalaudisa.com.br

 grupoaudisa @grupo_audisa audisa.consultores

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



SÃO PAULO

Av. Yojiro Takaoka, 4384
8º Andar Conj. 803/804
Alphaville - Cep: 06541-038
Consultoria: (11) 3661-1137
Fone: (11) 3661-9933
saopaulo@portalaudisa.com.br

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
Conj.: 1316
Menino Deus - Cep: 90150-005
Fone/Fax: (51) 3062-8902
portoalegre@portalaudisa.com.br

RECIFE

recife@portalaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@portalaudisa.com.br

 grupoaudisa @grupo_audisa audisa.consultores

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 04 de maio de 2018.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3



Alexandre Chiaratti de Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

SÃO PAULO

Av. Yojiro Takaoka, 4384
8º Andar Conj. 803/804
Alphaville - Cep: 06541-038
Consultoria: (11) 3661-1137
Fone: (11) 3661-9933
saopaulo@portalaudisa.com.br

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157
Conj.: 1316
Menino Deus - Cep: 90150-005
Fone/Fax: (51) 3062-8902
portoalegre@portalaudisa.com.br

RECIFE

recife@portalaudisa.com.br

RIO DE JANEIRO

riodejaneiro@portalaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo_audisa

 audisa.consultores

ATIVO	Nota explicativa	2017	2016	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2017	2016
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.370.834	23.899.533	Fornecedores		1.355.172	711.658
Contas a receber de projetos	6	51.267.473	38.840.032	Férias e encargos sociais		1.190.850	1.017.672
Outras contas a receber		295.172	187.839	Obrigações fiscais e sociais	8	442.270	381.302
Adiantamentos diversos		640.289	530.577	Outras contas a pagar		163.345	227.464
Estoques		384.800	258.416	Recursos vinculados a projetos	9	63.280.336	56.002.130
Despesas do exercício seguinte		-	-	Total do passivo circulante		66.431.973	58.340.226
Total do ativo circulante		71.958.568	63.716.399	NÃO CIRCULANTE			
				Provisão para contingencias	10	72.133	72.133
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo não circulante		72.133	72.133
Imobilizado	7	2.984.845	2.707.376	PATRIMONIO LÍQUIDO			
Intangível	7	44.830	44.830	Patrimônio Social	12	3.413.177	2.553.214
Total do ativo não circulante		3.029.675	2.752.205	Fundo institucional	14	736.397	1.258.733
				Fundo estatutário	13	4.052.757	3.834.337
				Superávit do exercício		281.807	409.963
				Total do patrimônio líquido		8.484.138	8.056.246
Total do ativo		74.988.243	66.468.604	Total do passivo e patrimônio líquido		74.988.243	66.468.604

Fábio Massami Endo

Instituto Socioambiental
Fábio Massami Endo
Coordenador de Administração
CPF 293.160.488-77

André J. Ayres Villas-Bôas

Instituto Socioambiental
André J. Ayres Villas-Bôas
Secretário Executivo
CPF 013.109728-85

Sandra Mara Ribeiro

Instituto Socioambiental
Sandra Mara Ribeiro
Contadora
CRC ISP 192.190/O-1
CPF 259.822.418-30

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Demonstração de resultado do período
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	Nota explicativa	2017	2016
RECEITAS			
Nacionais	15	7.936.524	8.975.519
Estrangeiras	16	25.284.518	19.929.950
Vendas de Produtos e Serviços	17	455.027	188.964
Financeiras		1.551.275	1.965.626
Outras	18	<u>367.762</u>	<u>354.807</u>
		<u>35.595.107</u>	<u>31.414.866</u>
 DESPESAS			
Coordenação geral		1.070.269	874.683
Serviços e atividades permanentes		4.411.799	4.154.234
Programas regionais e nacionais		26.519.554	22.959.628
Temas		75.530	121.591
Projetos Especiais		1.891.314	1.604.817
Núcleos de ação global		1.616	8.440
Outras		1.343.219	1.281.511
	19	<u>35.313.301</u>	<u>31.004.903</u>
Superávit do exercício		<u>281.807</u>	<u>409.963</u>



Instituto Socioambiental
 Fabio Massami Endo
 Coordenador de Administração
 CPF 293.160.488-77



Instituto Socioambiental
 Sandra Mara Ribeiro
 Contadora
 CRC 1SP 192.190/O-1
 CPF 259.822.418-30



Instituto Socioambiental
 André J. Ayres Villas-Bôas
 Secretário Executivo
 CPF 013.109728-85

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Fundo institucional</u>	<u>Fundo estatutário</u>	<u>Superávit (déficit) do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.317.964	711.484	3.620.563	235.250	6.885.261
Ajuste de exercício anterior	0				-
Ajuste de Auditoria	0				-
Incorporação ao patrimônio social	235.250			(235.250)	-
Constituição do fundo institucional		333.475			333.475
Constituição do fundo estatutário			0		-
Rendimentos de aplicações financeiras		0	427.548		427.548
Transferência entre contas		213.774	(213.774)		-
Déficit do exercício				409.963	409.963
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.553.214	1.258.733	3.834.336	409.963	8.056.246
Ajuste de exercício anterior	-				-
Ajuste de Auditoria	-				-
Incorporação ao patrimônio social	409.963			(409.963)	-
Constituição do fundo institucional		(708.200)			(708.200)
Constituição do fundo estatutário			32.556		32.556
Rendimentos de aplicações financeiras		-	371.730		371.730
Transferência entre contas	450.000	185.865	(185.865)		450.000
Déficit do exercício				281.807	281.807
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.413.177	736.397	4.052.756,93	281.807	8.484.137





INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais)

	2017	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	281.807	409.963
Ajustes para reconciliar o resultado líquido:		
Depreciação e amortização	623.673	571.431
Acréscimo ao Fundo institucional	(72.336)	547.249
Acréscimo ao Fundo estatutário	218.420	213.774
Provisão para contingências	-	(16.142)
Valor residual de imobilizado baixado	11.262	112.212
	<u>1.062.826</u>	<u>1.838.486</u>
(Aumento) redução dos ativos		
Circulante:		
Contas a receber	(12.534.774)	(27.797.963)
Adiantamentos diversos e estoques	(236.095)	(275.339)
Despesas do exercício seguinte	-	-
	<u>(12.770.869)</u>	<u>(28.073.302)</u>
Aumento (redução) dos passivos		
Circulante:		
Fornecedores	643.514	96.450
Férias e encargos sociais	173.178	55.836
Outras obrigações	(64.119)	154.738
Obrigações fiscais e sociais	60.968	50.363
Recursos vinculados a projetos	7.278.206	31.565.402
	<u>8.091.747</u>	<u>31.922.788</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(3.616.296)	5.687.972
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acréscimos de imobilizado e intangível	<u>(912.403)</u>	<u>(932.654)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(912.403)	(932.654)
(REDUÇÃO) AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	<u>(4.528.699)</u>	<u>4.755.318</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	23.899.533	19.144.216
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>19.370.834</u>	<u>23.899.533</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	<u>(4.528.699)</u>	<u>4.755.318</u>







Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em reais - R\$)

1. Aspectos institucionais

O Instituto Socioambiental foi fundado em 22 de abril de 1994 com Ata de Fundação registrada no 3º Cartório de Registro de Títulos e Documentos sob nº. 346311, sendo uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, com sede em São Paulo - SP e sub-sedes em Brasília - DF, São Gabriel da Cachoeira e Manaus - AM, Boa Vista - RR, Eldorado - SP, Canarana - MT e Altamira - PA. A Entidade tem como objetivo promover a defesa de bens e direitos sociais coletivos e difusos relativos ao meio ambiente; ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos, estimular o desenvolvimento socioeconômico através da garantia do acesso e gestão democráticos e ecologicamente sustentável dos recursos naturais, com a manutenção da diversidade cultural e biológica, para as presentes e futuras gerações; promover, realizar e divulgar pesquisas e estudos, organizar documentação e desenvolver projetos aplicados à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos direitos humanos e dos povos indígenas e populações tradicionais; promover o intercâmbio com outras organizações e entidades nacionais e internacionais para a defesa do patrimônio ambiental, cultural e dos povos, em especial na América Latina e Caribe e para a realização de estudos e pesquisas em diversas áreas do saber, relativa às suas atividades; divulgar por quaisquer meios as informações e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros e correlatos as suas atividades; estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos presentes objetivos; estimular e realizar estudos de caráter preventivo e participativo para combater a degradação ambiental e social em todas as suas manifestações, inclusive estudos de impacto ambiental decorrentes das atividades antrópicas.

2. Base de preparação

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2017, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, especialmente Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que



trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC N° 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são também apresentadas em Real e foram arredondadas com a eliminação de centavos.

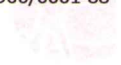
2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a gestão de risco financeiro (nota 4), o valor residual do ativo imobilizado (nota 7) e a provisão para contingências (nota 10).

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade.



a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Entidade utilizando taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda de câmbio de itens monetários é a diferença entre o custo da moeda funcional no início do período, ajustado por pagamentos realizados durante o período e o custo em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação das demonstrações contábeis.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente nas datas de origem. A Entidade possui como ativos financeiros não derivativos aqueles registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de negociação baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos.

Contas a receber de projetos e outras contas

São ativos financeiros com pagamentos fixos que não são cotados no mercado ativo, sendo tais ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Posteriormente, se aplicável, os ativos são reduzidos por eventual perda do valor recuperável, através da constituição da provisão para perdas com créditos cuja política utilizada se baseia na avaliação da expectativa de realização dos referidos créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos sem restrição para movimentação e aplicações financeiras que possuem elevado nível de liquidez os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão de compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras correspondem a recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, às quais estão registradas pelo valor justo por meio do resultado.

[Handwritten signatures and initials]



Estoques

Os estoques correspondentes a obras publicadas com recursos de projetos financiados por terceiros são avaliados pelo custo unitário de impressão. Os estoques adquiridos com recursos próprios são valorizados pelo custo de aquisição que não supera o valor de mercado.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Um passivo é baixado quando suas obrigações foram satisfeitas através da retirada, cancelamento ou pagamento. Como passivos financeiros não derivativos a Entidade possui os fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e incorporado dos encargos em virtude de eventual atraso no pagamento.

c) Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessária. Os ativos recebidos em doação, quando existentes, são mensurados a valor justo. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos no resultado como outras receitas/despesas.

O software adquirido que faz parte integrante do funcionamento de um equipamento é capitalizado como parte daquele ativo.

Custos subsequentes

Os dispêndios havidos com a reposição de um item componente do imobilizado são considerados no valor contábil desse item, desde que haja expectativa de que trará benefícios econômicos para a Entidade e permite que estes sejam aferidos de maneira confiável. Os gastos normais de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado assim que incorridos.



Depreciação e amortização

A depreciação e amortização acumuladas são calculadas sobre o valor depreciável e amortizável. A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

As taxas anuais equivalentes à vida útil média estimada dos ativos para o exercício corrente e período comparativo são as seguintes:

Prédios	4 %
Veículos, equipamentos de informática, embarcações, sistemas e programas	20 %
Máquinas e equipamentos, instalações, equipamentos de comunicação e móveis e utensílios	10 %

d) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicações objetivas de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros que podem ser estimados de uma maneira confiável.

No caso de haver indicativo de perda de valor, os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, numa frequência anual. A Administração não identificou qualquer indicativo que justificasse a constituição de uma provisão para perda sobre seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

e) Benefícios a empregados

Obrigações a empregados relativamente a benefícios de curto prazo são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Dentre os benefícios oferecidos pelo Instituto não há qualquer benefício pós emprego a colaborador que possa gerar uma obrigação futura.

f) Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja



requerido para liquidar a obrigação. Quando aplicável, as provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do encerramento do exercício.

g) Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime contábil de competência.

h) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os rendimentos de juros sobre aplicações financeiras. Os rendimentos são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

i) Doações e contribuições

As doações e contribuições financeiras recebidas são reconhecidas como receitas e mensuradas a valor justo.

4. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A presente nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos acima.



Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e de aplicações financeiras.

Para redução desses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Quanto às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com aquelas de baixo risco.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações contábeis é:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	19.370.834	23.899.533
Contas a receber de projetos	51.267.473	38.840.032
Outras contas a receber	295.172	187.839
Adiantamentos diversos	640.289	530.577
Estoques	384.800	258.416
	71.958.568	63.716.398

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade estar em dificuldades para honrar as suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. O foco na administração da liquidez é a de garantir que sempre ela seja suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A Entidade apresentava em 31 de dezembro de 2017 um ativo circulante de R\$ 71.958.568 (R\$ 63.716.398 em 2016) para um passivo circulante de R\$ 66.431.973 (R\$ 58.340.226 em 2016), o que representa uma liquidez de R\$5.526.595 (liquidez de R\$ 5.376.172 em 2016).







Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio para os recursos recebidos de financiadores do exterior, recebíveis de clientes e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados na execução dos projetos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos e nas receitas financeiras da Entidade.

O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis. Este risco é reduzido principalmente para os custos com pessoal uma vez que este é um dos componentes mais relevantes do custo dos projetos e tais gastos são fixados em moeda nacional e de acordo com o dissídio da categoria profissional.

Com relação às taxas de juros, a Entidade realiza seus investimentos em aplicações que apresentam imediata liquidez e remuneração líquida superior a inflação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	150.190	274.562
Aplicações financeiras	19.220.644	23.624.971
Total	19.370.834	23.899.533

6. Contas a receber de projetos

A Entidade contabiliza no ativo circulante os valores aprovados, contratados e ainda não recebidos no período.

Os valores a receber dos contratos de financiamento que utilizam moeda estrangeira são contabilizados de acordo com a taxa de 31/12/2017 do Banco Central do Brasil. A taxa do dólar utilizado é de R\$ 3,30 e a taxa do euro é de R\$ 3,96.

FONTE DE FINANCIAMENTO

	2017	2016
União Européia	22.301.228	27.384.268
BNDDES/Fundo Amazônia	10.029.070	10.029.070

SÃO PAULO (sede) Av. Higienópolis, 901 – 01238-001 São Paulo, SP, Brasil • tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904 isa@socioambiental.org

BRASÍLIA SCLN 210, Bloco C, sala 112 – 70862-530 Brasília, DF, Brasil • tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121 isadf@socioambiental.org

MANAUS Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro – 69010-230 Manaus, AM, Brasil • tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502 isarna@socioambiental.org

BOA VISTA Rua Presidente Costa e Silva, 116, São Pedro – 69306-670 Boa Vista, RR, Brasil • tel: (95) 3224-7088 / fax (95) 3224-3441 isabv@socioambiental.org

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA Rua Projelada 70, Centro – 69750-000 São Gabriel da Cachoeira, AM, Brasil • tel/fax: (97) 3471-1156 isarn@socioambiental.org

CANARANA Rua São Paulo, 202, Centro – 78640-000 Canarana, MT, Brasil • tel/fax: (66) 3478-3491 isaxingu@socioambiental.org

ELDORADO Av. Dr. NUNO SILVA BUENO, 390, Centro – 11960-000 Eldorado, SP, Brasil • tel: (13) 3871-1897 isaribeira@socioambiental.org

ALTAMIRA Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu – 68372-030 Altamira, PA, Brasil • tel: (63) 3515-5749 isaterradomeio@socioambiental.org



Fundação Ford	4.620.000	-
ED Environmental Defense	4.576.259	-
Gordon Betty Moore Foundation	2.147.306	-
RockInRio	1.531.757	-
Porticus	1.016.321	427.632
Ecociência	928.931	-
CI - Conservation International	800.000	-
Fundação MOTT	495.000	-
BEM TE VI	482.857	-
Manos Unidas	423.617	-
Clua	410.982	-
RFN - Fundação Rainforest da Noruega	356.685	202.254
Google	281.666	-
ICS	245.000	-
NCI	209.448	-
IPAM	126.498	118.506
Felipe Leal	120.000	-
Fundação Banco do Brasil	115.914	115.914
Horizont 3000 - Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento	27.515	175.683
Verthic	24.783	24.783
RRI - Rights and Resources Institute	22.260	22.260
FEHIDRO Fundo Estadual de Recursos Hídricos	2.349	2.349
UNU	337	337
Fastenopfer	-	48.000
Petrobras	-	288.976
SUBTOTAL	51.295.782	38.840.032

Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

RRI - Rights and Resources Institute	(22.260)	-
Fundação Banco do Brasil	(4.581)	-
RFN - Fundação Rainforest da Noruega	(1.130)	-
UNU	(337)	-
SUBTOTAL	(28.308)	-
TOTAL	51.267.474	38.840.032



7. Imobilizado e intangível

As movimentações do custo, da depreciação e amortização do imobilizado e do intangível em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2016

Descrição	01.01.2016	Adições	Baixas	31.12.2016
Terrenos	13.000	-	-	13.000
Prédios	1.234.477	-	-	1.234.477
Máquinas e equipamentos	891.532	477.249	(64.367)	1.304.414
Veículos	991.064	161.776	(6.500)	1.146.340
Móveis e utensílios	120.153	20.100	(5.250)	135.004
Instalações	3.980	-	-	3.980
Equipamentos de informática	1.542.643	221.376	(115.542)	1.648.477
Embarcações	568.890	41.040	-	609.930
Equipamentos de comunicação	113.900	11.113	-	125.013
Total	5.479.639	932.654	(191.659)	6.220.634

Movimentação da depreciação de 01.01 a 31.12.2016

Descrição	01.01.2016	Adições	Baixas	31.12.2016
Prédios	(486.402)	(49.379)	-	(535.781)
Máquinas e equipamentos	(342.624)	(104.299)	1.917	(445.006)
Veículos	(581.283)	(152.460)	6.500	(727.243)
Móveis e utensílios	(64.446)	(8.853)	-	(73.299)
Instalações	(3.980)	-	-	(3.980)
Equipamentos de informática	(1.107.661)	(175.526)	71.030	(1.212.158)
Embarcações	(380.033)	(64.050)	-	(444.084)
Equipamentos de comunicação	(61.541)	(10.167)	-	(71.708)
Total	(3.027.970)	(564.734)	79.447	(3.513.258)
Valor líquido	2.451.669	367.920	(112.212)	2.707.376

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the name 'Jan' written vertically.



Intangível

Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2016

Descrição	01.01.2016	Adições	Baixas	31.12.2016
Sistemas e programas	82.132	-	-	82.132
Marcas e patentes	44.830	-	-	44.830
Total	126.962	-	-	126.962

Movimentação da amortização de 01.01 a 31.12.2016

Descrição	01.01.2016	Adições	Baixas	31.12.2016
Softwares	(75.436)	(6.696)	-	(82.132)
Total	(75.436)	(6.696)	-	(82.133)
Valor líquido	51.526	(6.696)	-	44.829

Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2017

Descrição	01.01.2017	Adições	Baixas	31.12.2017
Terrenos	13.000	-	-	13.000
Prédios	1.234.477	-	-	1.234.477
Máquinas e equipamentos	1.304.414	189.988	(10.862)	1.483.540
Veículos	1.146.340	211.736	-	1.358.075
Móveis e utensílios	135.004	15.850	-	150.854
Instalações	3.980	-	-	3.980
Equipamentos de informática	1.648.477	354.588	(4.790)	1.998.274
Embarcações	609.930	110.730	(55.865)	664.795
Equipamentos de comunicação	125.013	29.512	-	154.525
Total	6.220.634	912.403	(71.517)	7.061.520



Movimentação da depreciação de 01.01 a 31.12.2017

Descrição	01.01.2017	Adições	Baixas	31.12.2017
Prédios	(535.781)	(49.379)	-	(585.160)
Máquinas e equipamentos	(445.006)	(123.762)	1.516	(567.252)
Veículos	(727.243)	(166.017)	-	(893.260)
Móveis e utensílios	(73.299)	(9.461)	-	(82.759)
Instalações	(3.980)	-	-	(3.980)
Equipamentos de informática	(1.212.158)	(200.655)	2.874	(1.409.939)
Embarcações	(444.084)	(62.959)	55.865	(451.178)
Equipamentos de comunicação	(71.708)	(11.439)	-	(83.147)
Total	(3.513.258)	(623.673)	60.255	(4.076.675)
Valor líquido	2.707.376	288.730	(11.262)	2.984.845

Intangível

Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2017

Descrição	01.01.2017	Adições	Baixas	31.12.2017
Sistemas e programas	82.132	-	-	82.132
Marcas e patentes	44.830	-	-	44.830
Total	126.962	-	-	126.962

Movimentação da amortização de 01.01 a 31.12.2017

Descrição	01.01.2017	Adições	Baixas	31.12.2017
Softwares	(82.132)	-	-	(82.132)
Total	(82.132)	-	-	(82.132)
Valor líquido	44.829	-	-	44.829

Handwritten signatures and initials:
A
CAB
Jan

8. Obrigações fiscais e sociais

	2017	2016
INSS - salários	210.690	174.668
INSS - serviços prestados	9.517	22.177
FGTS	68.571	58.704
Imposto de renda retido na fonte - salários	96.294	82.052
Imposto de renda retido na fonte - serviços prestados	3.278	13.545
Outros	53.920	30.156
Total	442.270	381.302

9. Recursos vinculados a projetos

A Entidade contabiliza no passivo circulante os recursos contratados de financiadores e que ainda não foram aplicados nos respectivos Convênios ou Projetos. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R\$63.280.335,81 (R\$ 56.002.130 em 2016), com a seguinte distribuição:

FONTE NACIONAL	2017	2016
Fundações	2.075.290	187.351
Organização não governamental	816.665	432.008
Órgãos públicos	7.585.876	11.988.833
Órgãos privados	1.084.907	1.081.004
Fundos de Fortalecimento	2.502.781	2.792.279
Subtotal	14.065.519	16.481.475
FONTE ESTRANGEIRA	2017	2016
Fundações	21.149.536	11.221.777
Organização não governamental	3.144.361	717.885
Órgãos públicos	102.295	
Órgãos privados	134.012	145.859
Institutos de pesquisa	39.835,75	59.625
Organismos Multilaterais	24.644.777	27.375.511
Subtotal	49.214.816	39.520.655
Total	63.280.335	56.002.130





Fonte de financiamento

	2017	2016
União Européia	24.644.777	27.375.511
ED Environmental Defense	6.289.465	2.405.236
BNDES/Fundo Amazônia	6.249.875	11.235.689
Fundação Ford	5.839.887	501.346
Gordon Betty Moore Foundation	3.805.046	3.792.612
Fundação MOTT	2.875.684	3.677.312
RockInRio	2.067.800	146.466
Fundo de Fortalecimento do Xingu*	1.356.075	1.798.828
Porticus	1.297.047	359.896
CI - Conservation International	958.459	-
Ecociência	950.356	90.659
Natura	873.852	918.481
Fundo de Fortalecimento do PPDS*	846.744	769.883
FNMC	822.661	119.407
Clua	778.537	281.967
Fundo de Fortalecimento do Institucional*	638.890	618.197
Manos Unidas	516.846	40.204
ICS	367.500	-
IPHAN	343.410	597.622
Fundos de Fortalecimento da RAISC*	279.269	198.569
BEM TE VI	238.870	64.899
NCI	200.715	-
PNUD	144.093	-
TFT - The Forest Trust	134.012	145.859
Brasileiro Comércio	106.613	108.327
Embaixada da Noruega	102.295	-
Iniciativa Verde	87.579	87.579
CAFOD	78.815	118.715
Schneider	61.174	-
AFRAS	54.795	54.795
Instituto Bacuri	50.281	20.000
Roncador	43.268	51.854
WRI	41.000	-
IPAM/SOLIDARIDAD	-	137.121
IPAM/NORAD	39.836	59.625

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the name 'Jim' written vertically.



OAK	33.300	-
ICV	17.640	61.253
FEHIDRO Fundo Estadual de Recursos Hídricos	16.200	15.505
Fastenopfer	10.514	48.000
MEC	9.638	9.090
Fundação Flora	6.600	39.995
Fundação Banco do Brasil	890	890
Universidade de Boston	29	-
RFN - Fundação Rainforest da Noruega	-	5.517
Fundos Rio Negro	-	24.998
CFDD/MJ	-	11.520
IMAFLORE	-	5.821
Fundo Rotativo de Sementes	-	2.342
Fundo Vale	-	541
TOTAL	63.280.336	56.002.130

(*) Os Fundos de Fortalecimento são formados por recursos desvinculados (rendimentos de aplicações financeiras, prestação de serviços, doações, vendas de publicações e produtos) e serão utilizados em atividades ligadas cada programa.

Do saldo de R\$ 63.280.336, R\$ 31.042.621 estão previstos para serem executados em 2018 e R\$ 32.237.715 a partir de 2019.

10. Provisão para contingências

A Entidade é sujeita a ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza civil. Apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a provisão constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas.

11. Isenção tributária

Tendo em vista que o Instituto não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ele está isento ao pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre o superávit apurado.



12. Patrimônio Líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido do superávit, da constituição e dos rendimentos do fundo estatutário e diminuído do déficit e da utilização do fundo estatutário, apurados anualmente desde a data da sua constituição.

De acordo com o estatuto social, em caso de dissolução da associação, com base em decisão tomada em Assembleia Geral, seu patrimônio entrará em liquidação, revertendo todos os seus bens e direitos a organização ou organizações da sociedade civil de interesse público de propósitos assemelhados, reconhecidas oficialmente como tal pelo Ministério da Justiça.

13. Fundo estatutário

De acordo com o disposto nos artigos 55 e 56, letras a, b e c do Estatuto social, serão destinados recursos para a constituição de um Fundo financeiro a ser utilizado em situações excepcionais mediante aprovação expressa da Assembleia Geral. O Fundo financeiro será formado pela aplicação de 10% sobre as receitas obtidas sem vinculação determinada, de 0,5 % sobre as receitas com vinculação determinada, desde que este percentual e a sua destinação estejam previstos no projeto de captação correspondente, de 100 % das receitas obtidas especialmente para esse fim e de 100 % das receitas resultantes do próprio Fundo. O parágrafo único do art. 56 estabelece que o valor acumulado do fundo financeiro não deverá exceder a 25% da despesa anual do Instituto prevista no orçamento.

Os recursos do Fundo estatutário estão aplicados em Certificado de Depósito Bancário - DI no Banco do Brasil e numa carteira de aplicações no Banco Safra. O rendimento líquido do exercício de 2017, contabilizado como acréscimo ao Fundo correspondeu ao valor de R\$371.730 (R\$ 427.548 em 2016), conforme decisão em Assembleia, 50% (R\$ 185.865) deste valor foi transferido para o Fundo de Incidência Política e Comunicação.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do Fundo estatutário era de R\$4.052.757 (R\$3.834.337 em 2016), enquanto o valor aplicado tinha o saldo de R\$4.419.841 (R\$ 4.048.111 em 2016), com uma diferença de R\$ 399.639 que corresponde ao valor de aporte do Fundo de Incidência Política e Comunicação, que deverá ser retirado da conta corrente do Fundo Estatutário.

Handwritten signature and initials in blue ink.

14. Fundo institucional

Fundo constituído a partir do exercício de 2010 para fazer face ao pagamento da multa do FGTS no caso de desligamento de funcionários da Entidade. O cálculo foi inicialmente efetuado para os funcionários envolvidos em projetos específicos. A Entidade espera ampliar o valor desse Fundo de modo a minimizar no futuro os impactos financeiros que naturalmente ocorrem por ocasião do pagamento de verbas indenizatórias aos funcionários desligados. O valor será mantido em conta bancária específica de aplicação financeira e será utilizado exclusivamente no pagamento da multa do FGTS. O Fundo de Ações Estratégicas - Rio Negro foi constituído no ano de 2013 com recursos originados da venda do Barco Sebastião Borges para utilização em ações do Programa Rio Negro, em 2017 houve a utilização deste Fundo para cobrir o resultado deficitário do programa. Em 29 de maio de 2015 foi aprovado em assembleia a constituição do Fundo de Incidência Política e Comunicação e sua formação é composta de 50% valor dos rendimentos da conta do Fundo Estatutário, bem como a apropriação de até 50% dos rendimentos das contas dos Programas e ganhos de cambiais. A partir de 2016 os recursos de filiação foram vinculados a este fundo. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R\$736.397 (R\$ 1.258.733 em 2016) conforme distribuição abaixo:

	2017	2016
Fundo FGTS	40.507	35.049
Fundo de Contingência - Rio Negro	0	450.000
Fundo de Incidência Política e Comunicação	695.890	773.684
	736.397	1.258.733

15. Receitas nacionais

	2017	2016
Organizações não governamentais	770.522	2.773.168
Órgãos públicos	5.346.967	5.455.134
Organizações privadas	74.971	246.524
Fundações	1.153.970	369.515
Fundo de Fortalecimento Xingu	442.753	-
Fundo de Fortalecimento Rio Negro	24.998	17.311
Fundo Rotativo de Sementes	2.342	-
Outros	120.000	113.867
	7.936.524	8.975.519

SÃO PAULO (sede) Av. Higienópolis, 901 - 01238-001 São Paulo, SP, Brasil • tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904 isa@socioambiental.org

BRASÍLIA SCLN 210, bloco C, sala 112 - 70862-530 Brasília, DF, Brasil • tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121 isadf@socioambiental.org

MANAUS Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro - 69010-230 Manaus, AM, Brasil • tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502 isamao@socioambiental.org

BOA VISTA Rua Presidente Costa e Silva, 116, São Pedro - 69306-670 Boa Vista, RR, Brasil • tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441 isabvt@socioambiental.org

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA Rua Projetada 70, Centro - 89750-000 São Gabriel da Cachoeira, AM, Brasil • tel/fax: (97) 3471-1156 isarn@socioambiental.org

CANARANA Rua São Paulo, 202, Centro - 78640-000 Canarana, MT, Brasil • tel/fax: (66) 3478-3491 isaxingu@socioambiental.org

ELDORADO Av. Drº NUNO SILVA BUENO, 390, CENTRO - 11960-000 Eldorado, SP, Brasil • tel: (13) 3871-1697 maribeira@socioambiental.org

ALTAMIRA Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu - 68372-030 Altamira, PA, Brasil • tel: (93) 3515-5749 isaterradomeio@socioambiental.org







FONTE DE FINANCIAMENTO	2017	2016
BNDES/Fundo Amazônia	4.985.814	4.273.340
RockInRio	1.096.509	283.927
BEM TE VI	548.708	681.138
Fundo de Fortalecimento Xingu	442.753	-
IPHAN	200.001	99.993
FNMC	161.153	446.665
IPAM	137.121	482.082
Pessoa Física - Apoio às Iniciativas no Vale do Ribeira	120.000	100.000
Fundação Flora	57.461	85.588
Natura	44.628	10.232
ICV	43.613	-
Instituto Bacuri	34.719	24.770
Fundo de Fortalecimento Rio Negro	24.998	17.311
Schneider	20.043	-
Roncador	8.586	-
IMAFLOTA	5.821	-
Fundo Rotativo Sementes	2.342	-
Brasileiro Comércio	1.714	-
Fundo Vale	541	1.584.734
MEC	-	269.194
Petrobras	-	213.805
CFDD/MJ	-	177.613
FNMA	-	177.178
CHEFS TABLE	-	22.487
Brother	-	13.868
FEHIDRO Fundo Estadual de Recursos Hídricos	-	11.151
Iniciativa Verde	-	444
TOTAL	7.936.524	8.975.519

16. Receitas estrangeiras

	2017	2016
Organizações não governamentais	7.195.747	8106.367
Fundações	11.201.861	10.341.998
Organizações públicas	480.064	1.288.717
Institutos de pesquisa	285.061	180.176
Organizações privadas	11.847	3.935
Multilaterais	6.109.937	8.757
	25.284.518	19.929.950

FONTE DE FINANCIAMENTO

	2017	2016
Gordon Betty Moore Foundation	5.719.712	3.972.611
União Européia	6.109.938	8.757
RFN - Fundação Rainforest da Noruega	4.700.642	5.610.622
Fundação MOTT	2.260.078	1.461.576
ED Environmental Defense	1.829.074	1.234.758
Fundação Ford	859.459	1.900.452
Porticus	682.171	2.091.202
Embaixada da Noruega	480.065	1.288.717
CLUA	473.960	324.333
Horizont 3000 - Organização Austríaca de Cooperação para o Desenvolvimento	408.162	803.466
Ecociência	301.470	271.788
IPAM/NORAD	285.061	180.176
Google	281.666	187.078
CAFOD	259.401	421.865
Manos Unidas	215.280	64.884
RRI - Rights and Resources Institute	123.336	2.948
WRI	103.000	-
Forest Trends	50.987	-
Universidade de Boston	42.153	-
CI - Conservation International	41.541	-
FASTENOPFER	36.784	-







TFT - The Forest Trust	11.846	3.935
NCI	8.733	-
Goldman	-	61.903
OAK	-	38.880
TOTAL	25.284.518	19.929.950

17. Venda de produtos e serviços

	2017	2016
Prestação de serviços	158.593	58.100
Venda de publicações	90.719	47.519
Venda de Produtos	205.715	83.345
	455.027	188.964

18. Outras receitas

	2017	2016
Doações de pessoas físicas	98.273	204.866
Doações de pessoas jurídicas	38.159	11.704
Resultado na venda do imobilizado	23.800	33.337
Filiação	143.406	86.985
Voluntário	32.963	8.130
Outros	31.161	9.784
	367.762	354.807

19. DESPESAS

As despesas no valor de R\$35.313.301 (R\$ 31.004.903 em 2016) consideradas para distribuição por atividade estão demonstradas como segue:



Por NATUREZA DE DESPESAS	2017	2016
Pessoal	17.093.553	14.028.765
Diárias	84.076	123.907
Serviços Terceiros Pessoa Física	489.922	593.135
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	6.532.272	7.071.349
Viagens /Deslocamentos	2.682.035	2.539.777
Material de consumo	4.518.456	2.728.971
Tributos e Tarifas	606.505	683.690
Repasses para organizações parceiras	606.310	981.115
Bolsa de Pesquisa	517.890	258.230
Apoio Local	131.377	-
Voluntário	32.963	8.130
Outras	9.210	9.537
Provisões	1.157.949	1.267.011
Depreciação	623.672	571.431
Custo das Mercadorias e Serviços	215.848	39.977
Doação De Ativo Imobilizado	11.262	102.878
Total	35.313.301	31.004.903

Por PROGRAMAS	2017	2016
COORDENAÇÃO GERAL	1.070.269	874.683
Institucional	473.146	315.805
Órgãos Colegiados	50.352	35.660
Secretaria Executiva	546.771	523.217
SERVIÇOS E ATIVIDADES PERMANENTES	4.411.799	4.154.234
Documentação	567.009	542.334
Geoprocessamento	353.145	495.100
Comunicação	815.184	665.239
Desenvolvimento Institucional	286.702	260.095
Administração E Finanças	2.016.190	1.836.901
Informática	373.568	354.565
PROGRAMAS REGIONAIS E NACIONAIS	26.519.554	22.959.628
Rio Negro	8.488.258	5.479.180



Programa Monitoramento De Áreas Protegidas	1.722.293	1.704.604
Programa Política E Direito Socioambiental	3.031.190	2.625.796
Programa Vale Do Ribeira	638.344	1.006.671
Programa Xingu	12.638.024	12.140.869
Programa Mananciais	1.445	2.509
TEMAS	75.530	121.591
Povos Indígenas No Brasil	75.530	121.591
PROJETOS ESPECIAIS	1.891.314	1.604.817
Capacitação	30	0
Raisg	805.944	791.486
Bolsas De Especialização	0	46.476
Mobilização e Comunicação(*)	372.914	62.591
Projeto Das Águas	33.664	438.642
Mercado De Pinheiros	0	96.672
Campanha Institucional(*)	21	17.192
Projeto Plataforma Disponibilização Acervo Isa	107.770	85.666
Cop	0	14.259
Fórum Amazônia Sustentável	0	18
Território da Diversidade Socioambiental	15.600	0
CADEIA DE VALORES	508.421	0
Outros Projetos Especiais	46.952	51.817
NÚCLEOS DE AÇÃO GLOBAL	1.616	8.440
Brasil Socioambiental	1.616	8.440
OUTRAS	1.343.219	1.281.511
Transitórias	17.135	81.866
Custo das Mercadorias Vendidas	215.848	0
Depreciação	623.673	571.431
Fundo Estatutário	469.477	521.486
Fundo De Reserva	5.825	3.851
Doação De Ativo Imobilizado	11.262	102.878
Total	35.313.301	31.004.903

(*) Parte dos gastos referentes a estes Projetos Especiais foram transferidos para o Fundo de Incidências Políticas e Comunicação.



20. Cobertura de seguros

A Entidade possui seguro contra incêndio, vendaval, queda de raio, explosão, danos elétricos e responsabilidade civil, o qual é considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais riscos.

21. Voluntariado

Os trabalhos voluntários identificados pela Administração como tem sido prestado no exercício de 2017, bem como seu valor justo podem ser descritos e estão registrados na Demonstração de Resultado do Período, conforme determina a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1409 em seu item 19. Os trabalhos de colaboradores voluntários não foram mensurados pois é necessária a definição de parâmetros claros para estabelecermos o valor que será utilizado para quantificar tal trabalho.

CÁLCULO DE VALORAÇÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO REUNIÕES DO CONSELHO DIRETOR e CONSELHO FISCAL Exercício de 2017

	nº de Reuniões do CD & CF	8
	total de participantes	29
	quantidade de horas por reunião	8
A	Total de horas dedicadas	232
	valor R\$ mensal da maior remuneração do ISA com encargos	25.006,52
B	valor R\$ hora da maior remuneração do ISA	142,08
A x B	Valor R\$ total de trabalho voluntário recebido	32.963,15



22. Resultado do exercício

O superávit do exercício de 2017 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em seu item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

São Paulo, 31 de dezembro de 2017.

Instituto Socioambiental
Fabio Massami Endo
Coordenador de Administração
CPF 293.160.488-77

Instituto Socioambiental
Sandra Mara Ribeiro
Contadora
CRC 1SP 192.190/O-1
CPF 259.822.418-30

Instituto Socioambiental
André J. Ayres Vilas-Bôas
Secretário Executivo
CPF 013.109728-85